

## A IMPORTÂNCIA DE UM PPC BEM ELABORADO PARA A FORMAÇÃO DE UM BOM PROFISSIONAL

THE IMPORTANCE OF A WELL-DESIGNED CURRICULUM FOR TRAINING  
QUALIFIED PROFESSIONALS

LA IMPORTANCIA DE UN PLAN DE ESTUDIOS BIEN ELABORADO PARA LA  
FORMACIÓN DE UN BUEN PROFESIONAL

Cleber Ferreira Sena<sup>1</sup>, Mario Sergio Rosas de Sant Anna<sup>2</sup>

DOI: 10.54899/dcs.v23i90.5436

Recibido: 04/05/2026 | Aceptado: 06/05/2026 | Publicación en línea: 20/05/2026.

### RESUMO

Este artigo discute a importância do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como instrumento decisivo para a qualidade da formação profissional. Parte-se da compreensão de que o PPC não é apenas um documento administrativo exigido para fins regulatórios, mas uma construção acadêmica, pedagógica e institucional que organiza a identidade do curso, define o perfil do egresso, explicita competências e habilidades, articula conteúdos, metodologias, práticas, avaliação e relação com o mundo do trabalho. A pesquisa caracteriza-se como revisão de literatura e análise normativa, tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, diretrizes curriculares nacionais e autores do campo do currículo, da docência universitária, da avaliação e da formação profissional. Argumenta-se que um PPC bem elaborado contribui para o direcionamento da formação, para a coerência curricular, para a integração entre teoria e prática, para a segurança pedagógica dos docentes e discentes, para a avaliação efetiva da aprendizagem e para a aproximação entre a formação acadêmica e as demandas sociais e profissionais. Os resultados indicam que a ausência de planejamento curricular consistente pode gerar fragmentação do ensino, lacunas formativas, desalinhamento entre objetivos e práticas avaliativas e formação pouco conectada às exigências éticas, técnicas e humanas da profissão. Conclui-se que o PPC deve ser compreendido como eixo estruturante da qualidade do curso e como ferramenta viva de gestão pedagógica, devendo ser construído coletivamente, acompanhado, avaliado e atualizado de modo permanente.

**Palavras-chave:** Projeto Pedagógico de Curso. Formação Profissional. Currículo. Ensino Superior. Qualidade Educacional.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA), Buenos Aires, Argentina. E-mail: cleberfsena@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5699-9680>

<sup>2</sup> Mestre em Pedagogia Profissional pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: mrosas@ifba.edu.br

## ABSTRACT

This article discusses the importance of the Pedagogical Course Project as a decisive instrument for the quality of professional education. It understands the course project not merely as an administrative document required for regulatory purposes, but as an academic, pedagogical and institutional construction that organizes the identity of the program, defines the graduate profile, establishes competencies and skills, and articulates contents, methodologies, practical experiences, assessment procedures and links with the world of work. The study is based on literature review and normative analysis, considering the Brazilian National Education Guidelines Law, the National Higher Education Assessment System, national curricular guidelines and authors from the fields of curriculum, university teaching, assessment and professional education. The article argues that a well-designed course project contributes to educational direction, curricular coherence, integration between theory and practice, pedagogical security for teachers and students, effective learning assessment and alignment between academic education and social and professional demands. The results indicate that the absence of consistent curricular planning may lead to teaching fragmentation, educational gaps, misalignment between objectives and assessment practices, and professional training poorly connected to ethical, technical and human requirements. It concludes that the course project should be understood as a structuring axis of program quality and as a living tool of pedagogical management, which must be collectively built, monitored, evaluated and permanently updated.

**Keywords:** Pedagogical Course Project. Professional Education. Curriculum. Higher Education. Educational Quality.

## RESUMEN

Este artículo analiza la importancia del Proyecto Pedagógico del Curso (PPC) como instrumento decisivo para la calidad de la formación profesional. Se parte de la idea de que el PPC no es solo un documento administrativo exigido con fines normativos, sino una construcción académica, pedagógica e institucional que organiza la identidad del curso, define el perfil del titulado, explicita competencias y habilidades, articula contenidos, metodologías, prácticas, evaluación y relación con el mundo laboral. La investigación se caracteriza por ser una revisión bibliográfica y un análisis normativo, basándose en la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, el Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior, las directrices curriculares nacionales y autores del ámbito del currículo, la docencia universitaria, la evaluación y la formación profesional. Se argumenta que un PPC bien elaborado contribuye a la orientación de la formación, a la coherencia curricular, a la integración entre teoría y práctica, a la seguridad pedagógica de docentes y estudiantes, a la evaluación efectiva del aprendizaje y al acercamiento entre la formación académica y las demandas sociales y profesionales. Los resultados indican que la ausencia de una planificación curricular coherente puede generar fragmentación de la enseñanza, lagunas formativas, desajuste entre los objetivos y las prácticas de evaluación, y una formación poco conectada con las exigencias éticas, técnicas y humanas de la profesión. Se concluye que el PPC debe entenderse como eje estructurante de la calidad del curso y como herramienta viva de gestión pedagógica, debiendo construirse colectivamente, ser supervisado, evaluado y actualizado de forma permanente.

**Palabras clave:** Proyecto Pedagógico del Curso. Formación Profesional. Currículo. Enseñanza Superior. Calidad Educativa.



## INTRODUÇÃO

A qualidade da formação profissional não depende apenas da existência de professores qualificados, de conteúdos atualizados ou de infraestrutura adequada. Esses elementos são indispensáveis, mas precisam estar organizados por um projeto pedagógico capaz de dar sentido, direção e coerência ao percurso formativo. É nesse contexto que o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) assume papel decisivo. Ele funciona como um roteiro estratégico da formação, pois traduz a identidade do curso, define o perfil profissional que se pretende formar e articula objetivos, competências, conteúdos, metodologias, práticas, estágios, avaliação e formas de acompanhamento da aprendizagem.

Um PPC bem elaborado permite que estudantes, docentes, coordenação e instituição compreendam com maior clareza o caminho formativo proposto. Sem essa organização, o curso pode se converter em uma sequência de disciplinas isoladas, sem diálogo entre si, produzindo uma formação fragmentada. Quando há planejamento pedagógico consistente, a aprendizagem deixa de ser resultado de iniciativas dispersas e passa a compor um processo intencional, progressivo e avaliável. Por isso, o PPC não deve ser visto como peça burocrática, elaborada apenas para cumprir exigências documentais, mas como instrumento vivo de gestão acadêmica e pedagógica.

A própria legislação educacional brasileira indica que a educação superior deve formar diplomados aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, além de estimular a criação cultural, o pensamento reflexivo e a formação continuada (Brasil, 1996). Essa finalidade demonstra que a formação profissional não pode ser reduzida ao treinamento técnico. Ela envolve preparo científico, ético, social, comunicativo e crítico, exigindo que o curso possua um projeto capaz de integrar conhecimento teórico, prática profissional e responsabilidade social.

No mesmo sentido, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, consolidou a avaliação de instituições, cursos e desempenho discente como estratégia de garantia da qualidade da educação superior (Brasil, 2004). O PPC, nesse cenário, torna-se documento de referência para a avaliação do curso, pois nele devem estar

materializadas as escolhas formativas, a organização curricular, as condições de oferta, os mecanismos de acompanhamento e as formas de assegurar que o perfil do egresso seja efetivamente alcançado.

Na prática, a importância de um PPC bem feito se reflete em diversas frentes. Ele oferece direcionamento e clareza, permitindo que professores e alunos saibam quais competências serão desenvolvidas e quais objetivos precisam ser alcançados. Ele favorece a eficiência da aprendizagem, pois organiza os conteúdos em sequência lógica e progressiva. Ele aproxima a formação das exigências sociais e profissionais, sem subordinar a universidade ao mercado, mas reconhecendo que a formação deve preparar sujeitos capazes de atuar com competência, responsabilidade e autonomia. Além disso, o PPC garante segurança e consistência ao percurso formativo, evitando lacunas no conhecimento e reduzindo improvisações pedagógicas.

Outro ponto relevante é a avaliação. Um bom PPC define critérios e procedimentos capazes de verificar se o estudante desenvolveu os conhecimentos, habilidades e atitudes previstos para sua formação. A avaliação, nesse sentido, não é ato isolado nem mera atribuição de nota, mas processo contínuo de acompanhamento, diagnóstico e aperfeiçoamento da aprendizagem (Luckesi, 2011). Quando objetivos, metodologias e avaliações não conversam entre si, a formação perde coerência e o estudante pode cumprir a carga horária do curso sem desenvolver plenamente as competências profissionais necessárias.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir a importância de um PPC bem elaborado para a formação de um bom profissional. Busca-se demonstrar que o PPC é decisivo para a qualidade do curso, pois organiza a relação entre teoria e prática, orienta a atuação docente, favorece a aprendizagem dos estudantes, fortalece a avaliação e contribui para que a instituição cumpra sua função social. Para isso, o texto articula fundamentos legais, concepções pedagógicas e reflexões sobre currículo, formação por competências e qualidade acadêmica.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O PPC como Expressão da Identidade Formativa do Curso**

O Projeto Pedagógico de Curso é o documento que expressa a concepção de formação assumida por uma instituição. Nele se encontram os fundamentos que justificam a existência do curso, o perfil do egresso, a organização curricular, as metodologias de ensino, os processos

avaliativos, as práticas de extensão, os estágios, os trabalhos de conclusão, as formas de integração entre ensino, pesquisa e extensão e os mecanismos de acompanhamento da qualidade. Por essa razão, o PPC revela não apenas o que será ensinado, mas também por que, para quem, com quais finalidades e por quais caminhos pedagógicos.

Pensar o PPC como identidade formativa significa reconhecer que todo curso possui uma intencionalidade. Nenhuma matriz curricular é neutra. A seleção de disciplinas, a ordem dos conteúdos, a valorização de determinadas práticas, o modo de avaliar e a relação com a realidade profissional comunicam uma determinada visão de sociedade, de conhecimento e de profissional. Sacristán (2000) afirma que o currículo é uma prática social e cultural, marcada por escolhas e disputas, e não apenas uma lista de conteúdos. Assim, um PPC consistente precisa explicitar suas escolhas, evitando que a formação seja conduzida por improvisações ou por reprodução automática de modelos antigos.

No campo da educação superior, Masetto (2012) destaca que a docência universitária exige planejamento, mediação pedagógica, domínio de estratégias de aprendizagem e compromisso com a formação integral do estudante. Isso significa que o professor não atua isoladamente, mas dentro de um projeto comum de curso. O PPC permite que a atuação docente seja integrada, articulando as disciplinas e evitando que cada professor conduza sua unidade curricular como se ela não fizesse parte de um processo maior.

Além disso, a identidade formativa do curso precisa dialogar com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de cada área. Essas diretrizes orientam a definição do perfil profissional, das competências e dos conteúdos essenciais. A Resolução CNE/CES nº 5/2018, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Engenharia, por exemplo, estabelece que o PPC deve contemplar perfil do graduando, competências, habilidades, conteúdos, atividades curriculares, prática, estágio e processo de avaliação. Embora cada área possua suas normas próprias, a lógica é comum: o PPC deve organizar o curso de modo coerente com a formação pretendida.

Quando o PPC é frágil, genérico ou desatualizado, a identidade do curso também se enfraquece. O estudante não compreende com clareza o sentido da sua formação, o docente não encontra parâmetros consistentes para organizar sua disciplina e a coordenação perde um instrumento de gestão acadêmica. Por outro lado, quando o PPC é bem construído, ele orienta decisões, favorece a integração entre professores, fortalece o acompanhamento pedagógico e permite que a instituição demonstre, com clareza, a qualidade e a especificidade da formação

oferecida.

## **Planejamento Curricular, Coerência Pedagógica e Qualidade da Aprendizagem**

Um PPC bem elaborado é, antes de tudo, um instrumento de planejamento curricular. Planejar o currículo significa organizar de forma intencional o percurso de aprendizagem, definindo quais conhecimentos serão trabalhados, em que ordem, com quais metodologias, em quais situações práticas e por meio de quais instrumentos de avaliação. Zabala (1998) afirma que a prática educativa precisa ser compreendida como processo articulado, no qual objetivos, conteúdos, atividades e avaliação devem formar uma unidade coerente. Essa compreensão é central para o PPC.

A coerência pedagógica ocorre quando há alinhamento entre o perfil do egresso, os objetivos do curso, as competências previstas, a matriz curricular, as práticas de ensino e os instrumentos avaliativos. Se um curso afirma que pretende formar profissionais críticos, éticos, autônomos e capazes de resolver problemas reais, mas organiza suas aulas apenas por exposição teórica e avalia exclusivamente por memorização, existe uma contradição entre o projeto declarado e a prática realizada. Um PPC bem-feito reduz esse risco, porque obriga a instituição a justificar suas escolhas formativas e a construir estratégias compatíveis com elas.

Perrenoud (1999) argumenta que desenvolver competências exige colocar o estudante diante de situações complexas, nas quais seja necessário mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e julgamento. Essa ideia é especialmente importante para a formação profissional, pois um bom profissional não é aquele que apenas acumula informações, mas aquele que sabe utilizá-las com discernimento, responsabilidade e capacidade de adaptação. O PPC, portanto, deve prever experiências formativas que ultrapassem a simples transmissão de conteúdo.

A organização sequencial dos componentes curriculares também influencia diretamente a eficiência da aprendizagem. Conteúdos trabalhados sem progressão podem gerar repetição desnecessária, lacunas e sobrecarga. Ao contrário, uma matriz curricular estruturada de modo progressivo permite que o estudante construa fundamentos, aprofunde conhecimentos e avance para situações de maior complexidade. Essa lógica favorece a aprendizagem significativa e reduz a distância entre disciplinas básicas, profissionalizantes e práticas.

Libâneo (1994) ressalta que o planejamento didático é essencial para orientar a ação docente e tornar o processo de ensino mais intencional. No nível do curso, o PPC cumpre função

semelhante: ele planeja a totalidade do percurso formativo. A ausência desse planejamento compromete a qualidade da aprendizagem, pois abre espaço para dispersão, sobreposição de conteúdos e falta de critérios claros sobre o que deve ser aprendido em cada etapa.

Portanto, a qualidade da aprendizagem profissional depende da existência de um projeto que organize o conhecimento de forma lógica, progressiva e integrada. Um PPC bem elaborado não engessa o trabalho docente; ao contrário, oferece parâmetros para que a liberdade pedagógica se exerça com responsabilidade e em sintonia com os objetivos coletivos do curso.

### **O PPC e a Articulação entre Teoria, Prática e Mundo do Trabalho**

Um dos maiores desafios da formação profissional é superar a separação rígida entre teoria e prática. Em muitos cursos, os estudantes entram em contato com situações reais apenas nos períodos finais, quando iniciam estágios ou atividades práticas. Esse modelo pode dificultar a compreensão do sentido dos conteúdos estudados e gerar insegurança diante dos desafios concretos da profissão. Um PPC bem elaborado deve prever a aproximação gradual e contínua entre conhecimentos teóricos, experiências práticas e problemas reais.

A articulação entre teoria e prática não significa transformar a educação superior em treinamento imediato para o mercado. Significa reconhecer que o conhecimento acadêmico ganha maior potência quando é mobilizado para compreender, interpretar e intervir na realidade. Tardif (2014), ao discutir os saberes docentes, mostra que a prática profissional envolve diferentes tipos de saberes: disciplinares, curriculares, experienciais e profissionais. Essa reflexão pode ser ampliada para outros campos, pois toda profissão exige integração entre fundamentos científicos, habilidades técnicas, ética, experiência e capacidade de tomada de decisão.

O PPC deve explicitar como essa integração será realizada. Isso pode ocorrer por meio de práticas laboratoriais, projetos integradores, estudos de caso, atividades extensionistas, estágios supervisionados, simulações, resolução de problemas, visitas técnicas, oficinas, práticas comunitárias, trabalhos interdisciplinares e atividades de pesquisa aplicada. O essencial é que tais experiências não apareçam de forma ocasional, mas estejam integradas à matriz curricular e aos objetivos de formação.

O alinhamento com o mundo do trabalho é outro ponto decisivo. A LDB estabelece que a educação superior deve formar diplomados aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira (Brasil, 1996). Essa finalidade exige que

o PPC considere as transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais que atravessam as profissões. Um PPC desatualizado pode formar profissionais para uma realidade que já não existe ou deixar de contemplar competências emergentes necessárias ao exercício profissional.

No entanto, aproximar-se do mundo do trabalho não significa submeter o curso a demandas imediatistas. A formação profissional de qualidade precisa equilibrar empregabilidade, pensamento crítico, responsabilidade social, ética e formação humana. Um bom PPC não prepara apenas para executar tarefas, mas para compreender contextos, resolver problemas, comunicar-se adequadamente, trabalhar em equipe, tomar decisões e agir com responsabilidade diante das consequências sociais da profissão.

Nesse sentido, um PPC bem planejado aumenta a segurança prática do estudante. Ao longo do curso, ele passa a compreender melhor o campo profissional, identifica os conhecimentos necessários para sua atuação e desenvolve confiança para enfrentar desafios operacionais, técnicos e humanos. Essa segurança não nasce do imprevisto, mas de uma formação organizada, acompanhada e progressiva.

### **Competências, Habilidades e Perfil do Egresso**

A definição do perfil do egresso é uma das funções mais importantes do PPC. O perfil do egresso responde à pergunta: que profissional este curso pretende formar? A resposta deve ser clara, objetiva e coerente com a área de conhecimento, com as diretrizes curriculares, com as demandas sociais e com a missão institucional. Sem essa definição, o currículo perde direção e as disciplinas podem ser organizadas sem unidade formativa.

O perfil do egresso deve orientar a definição de competências e habilidades. Competência, em sentido amplo, envolve a capacidade de mobilizar conhecimentos, procedimentos, atitudes e valores para agir em situações concretas. Perrenoud (1999) enfatiza que a competência não se reduz à posse de informações, pois implica saber utilizá-las de modo pertinente diante de problemas. Essa concepção é fundamental para cursos que pretendem formar profissionais capazes de atuar em ambientes complexos e em constante transformação.

Um PPC bem elaborado transforma o perfil do egresso em referência prática para o currículo. Isso significa que cada disciplina, atividade prática, estágio ou projeto deve contribuir para o desenvolvimento de aspectos desse perfil. Quando essa relação não é feita, o perfil do egresso permanece como texto formal, sem impacto real na formação. Por isso, é importante que

o PPC apresente uma correspondência clara entre competências, componentes curriculares, metodologias e formas de avaliação.

As competências profissionais não se desenvolvem apenas pela exposição a conteúdos. Elas exigem situações de aprendizagem que permitam aplicar conhecimentos, argumentar, decidir, criar, cooperar, investigar, comunicar e avaliar resultados. Anastasiou e Alves (2015) chamam atenção para a necessidade de estratégias de ensinagem que envolvam o estudante como sujeito ativo do processo. Essa perspectiva reforça a importância de o PPC prever metodologias coerentes com o desenvolvimento das competências pretendidas.

O perfil do egresso também deve contemplar dimensões éticas e sociais. Um bom profissional não é apenas tecnicamente eficiente; ele precisa compreender os impactos de sua atuação, respeitar normas, agir com responsabilidade, comunicar-se com clareza e comprometer-se com a qualidade do serviço prestado à sociedade. Assim, o PPC deve evitar uma visão estreita de formação profissional, centrada apenas em tarefas ou conteúdos técnicos.

Quando o curso possui um perfil de egresso bem definido, os estudantes conseguem visualizar melhor seu percurso formativo e compreender a razão de determinadas disciplinas e atividades. Isso aumenta o engajamento, pois o aluno percebe que o curso possui direção e que cada etapa contribui para sua formação.

### **Avaliação, Acompanhamento e Melhoria Contínua do Curso**

A avaliação é parte central de qualquer PPC. Não basta definir objetivos e competências; é necessário estabelecer como será verificado se eles estão sendo alcançados. Luckesi (2011) defende que a avaliação da aprendizagem deve ter função diagnóstica e formativa, contribuindo para a melhoria do processo educativo. Essa concepção se opõe à ideia de avaliação como simples classificação ou punição, destacando sua função de acompanhamento e tomada de decisão.

No âmbito do PPC, a avaliação deve ocorrer em diferentes níveis. Há a avaliação da aprendizagem dos estudantes, a avaliação das disciplinas, a avaliação do desenvolvimento das competências, a avaliação dos estágios, a avaliação do desempenho docente, a avaliação institucional e a avaliação do próprio curso. Esses níveis precisam dialogar entre si, pois a qualidade da formação depende do acompanhamento contínuo do processo e não apenas da verificação final do desempenho discente.

O SINAES estabelece a avaliação como processo nacional destinado a assegurar a

qualidade da educação superior, considerando dimensões como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão, infraestrutura e desempenho dos estudantes (Brasil, 2004). Nesse contexto, o PPC é um documento estratégico, pois permite demonstrar como o curso organiza sua proposta e quais mecanismos utiliza para acompanhar a formação. Um PPC bem elaborado facilita a avaliação externa, mas, principalmente, fortalece a autoavaliação interna.

A autoavaliação é indispensável porque nenhum PPC deve permanecer imutável. As profissões mudam, as tecnologias avançam, as demandas sociais se transformam e os estudantes apresentam novas necessidades. Por isso, o PPC deve ser acompanhado e atualizado periodicamente, com participação de docentes, estudantes, coordenação, Núcleo Docente Estruturante, colegiado e, quando possível, representantes do campo profissional e da comunidade.

Um PPC vivo é aquele que orienta a prática cotidiana e, ao mesmo tempo, é revisto à luz dos resultados obtidos. Se os estudantes apresentam dificuldades recorrentes em determinadas competências, se há evasão elevada, se os egressos indicam lacunas na formação ou se as avaliações externas apontam fragilidades, o PPC precisa ser revisitado. A qualidade não se garante apenas pela existência do documento, mas pelo uso efetivo desse documento como instrumento de gestão pedagógica.

A avaliação eficaz também contribui para a valorização profissional dos estudantes. Quando o curso possui critérios claros, o aluno compreende o que se espera dele e consegue acompanhar sua própria evolução. Isso fortalece a motivação, reduz inseguranças e permite que a formação seja percebida como processo progressivo de desenvolvimento de capacidades.

## **METODOLOGIA**

Este artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, com o objetivo de discutir a importância de um Projeto Pedagógico de Curso bem elaborado para a formação de um bom profissional. A pesquisa bibliográfica foi utilizada para reunir fundamentos teóricos sobre currículo, planejamento pedagógico, docência, avaliação, formação profissional e desenvolvimento de competências. A pesquisa documental foi mobilizada para analisar fundamentos normativos que orientam a organização dos cursos superiores no Brasil.

Foram considerados como documentos centrais a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e diretrizes curriculares nacionais que evidenciam a necessidade de o PPC contemplar perfil do egresso, competências, habilidades, organização curricular, atividades práticas e avaliação. Esses documentos foram escolhidos por representarem marcos legais e regulatórios da educação superior brasileira.

No levantamento bibliográfico, foram priorizadas obras consolidadas de autores que discutem currículo, prática educativa, formação docente, avaliação e competências, tais como Sacristán, Perrenoud, Tardif, Zabala, Libâneo, Luckesi, Masetto, Anastasiou e Alves, Veiga e Nóvoa. A escolha desses referenciais se justifica por sua relevância para compreender o PPC como instrumento pedagógico e não apenas como documento administrativo.

A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa dos documentos e obras selecionadas, buscando identificar categorias relacionadas à qualidade formativa, coerência curricular, integração entre teoria e prática, perfil do egresso, avaliação e relação entre formação acadêmica e mundo do trabalho. A partir dessas categorias, organizou-se a discussão em torno da tese de que o PPC é decisivo para a formação profissional porque estrutura o percurso de aprendizagem e orienta as práticas pedagógicas do curso.

Não se pretendeu realizar uma revisão sistemática com protocolo de busca exaustiva, mas uma revisão teórico-documental voltada à construção de argumentos acadêmicos sobre a função formativa do PPC. Assim, o texto busca articular fundamentos legais e pedagógicos para demonstrar a relevância de um planejamento curricular consistente na formação de profissionais competentes, críticos e socialmente responsáveis.

## **REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PPC PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **Direcionamento, Clareza e Segurança no Percorso Formativo**

A primeira contribuição de um PPC bem elaborado é oferecer direcionamento e clareza ao processo formativo. O estudante que ingressa em um curso precisa compreender qual é a proposta de formação, quais competências serão desenvolvidas, quais experiências práticas serão vivenciadas e quais critérios serão utilizados para avaliar sua aprendizagem. O professor, por sua vez, precisa entender como sua disciplina se articula ao projeto maior do curso. A coordenação

necessita de parâmetros para acompanhar a execução curricular. O PPC organiza essas relações.

Quando o PPC é claro, a comunidade acadêmica sabe onde está e para onde pretende ir. Essa clareza evita mal-entendidos, reduz improvisações e fortalece a confiança entre estudantes, professores e instituição. O curso deixa de funcionar como conjunto de disciplinas independentes e passa a operar como percurso formativo integrado. Nesse sentido, a clareza do PPC tem impacto direto sobre a qualidade da gestão acadêmica e sobre a experiência do estudante.

A segurança também é um efeito importante. Um PPC consistente garante que etapas essenciais da formação sejam contempladas, evitando lacunas no conhecimento do aluno. Isso não significa prever todos os detalhes da prática docente, mas assegurar que os objetivos centrais do curso estejam distribuídos adequadamente ao longo da matriz. Assim, o estudante não chega ao final do curso sem ter vivenciado experiências fundamentais para o exercício profissional.

Essa segurança formativa é especialmente relevante em cursos que envolvem atividades práticas, estágios, laboratórios ou contato com pessoas e organizações. Nesses casos, falhas no planejamento curricular podem comprometer não apenas a aprendizagem, mas também a qualidade do serviço prestado e a responsabilidade ética do futuro profissional. Portanto, o PPC deve ser entendido como instrumento de proteção da qualidade acadêmica e da responsabilidade social da instituição.

### **Eficiência da Aprendizagem e Integração Curricular**

A eficiência da aprendizagem não significa acelerar a formação de forma superficial, mas organizar o percurso para que o estudante aprenda melhor, com mais sentido e com menor dispersão. Um PPC bem elaborado contribui para isso ao estabelecer uma sequência lógica de conteúdos e experiências. Quando a matriz curricular é planejada de modo progressivo, os conhecimentos básicos sustentam os conteúdos avançados, e as atividades práticas consolidam aquilo que foi desenvolvido teoricamente.

A integração curricular é indispensável para evitar a fragmentação. Em muitos cursos, disciplinas de uma mesma matriz não dialogam entre si. O estudante estuda conteúdos importantes, mas não consegue perceber como eles se conectam ao perfil profissional pretendido. O PPC deve enfrentar esse problema por meio de eixos formativos, projetos integradores, atividades interdisciplinares e mecanismos de comunicação entre docentes.

Anastasiou e Alves (2015) destacam que o processo de ensinagem envolve mediação

intencional, estratégias diversificadas e participação ativa do estudante. Essa perspectiva exige que o PPC não se limite à enumeração de disciplinas, mas indique caminhos metodológicos compatíveis com a formação pretendida. A aprendizagem torna-se mais efetiva quando o estudante compreende o sentido do que aprende e quando é desafiado a mobilizar conhecimentos em situações contextualizadas.

A integração curricular também favorece a motivação. Quando o aluno percebe que as disciplinas se articulam e que o curso possui um projeto claro, tende a se sentir mais engajado. A motivação não decorre apenas de interesse individual, mas também da percepção de relevância, coerência e utilidade formativa. Nesse sentido, um PPC bem planejado pode contribuir para reduzir desânimo, evasão e sensação de distanciamento entre curso e profissão.

### **Alinhamento com o Mercado, com a Sociedade e com a Ética Profissional**

O alinhamento do PPC com o campo profissional é um dos fatores mais importantes para a empregabilidade e para a qualidade da atuação futura. Um curso que ignora as transformações do mundo do trabalho corre o risco de formar profissionais com conhecimentos defasados ou insuficientes para enfrentar desafios reais. Por isso, o PPC precisa considerar as exigências técnicas, tecnológicas, comunicacionais, éticas e sociais da profissão.

Esse alinhamento, porém, deve ser compreendido de forma crítica. A formação profissional não pode ser reduzida à adaptação passiva ao mercado. A instituição de ensino superior tem compromisso com a ciência, com a cidadania, com a ética e com o desenvolvimento social. Portanto, o PPC deve formar profissionais capazes de trabalhar, mas também de pensar, avaliar, questionar, inovar e agir com responsabilidade pública.

Um bom profissional precisa dominar conhecimentos específicos de sua área, mas também desenvolver competências transversais. Comunicação clara, trabalho em equipe, capacidade de resolver problemas, pensamento crítico, responsabilidade ética, domínio tecnológico e aprendizagem contínua são dimensões cada vez mais relevantes. Um PPC bem elaborado permite que essas competências sejam incorporadas ao percurso formativo de modo planejado, e não apenas mencionadas de forma genérica.

A formação profissional também deve preparar o estudante para a continuidade de sua carreira. O PPC pode funcionar como ferramenta de orientação de desenvolvimento profissional, pois organiza etapas, apresenta possibilidades de atuação, estabelece experiências práticas e

estimula a autonomia. Nesse sentido, o curso não apenas entrega um diploma, mas contribui para a construção de uma identidade profissional.

### **Avaliação Eficaz e Garantia de Aprendizagem**

Um PPC bem elaborado precisa definir formas claras de medir o progresso e a aprendizagem. A avaliação eficaz não se limita à prova final nem à atribuição de notas. Ela deve acompanhar o desenvolvimento do estudante, identificar dificuldades, orientar intervenções pedagógicas e verificar se as competências previstas estão sendo alcançadas. Por isso, a avaliação deve estar alinhada aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

Quando um curso pretende formar profissionais capazes de resolver problemas, comunicar-se bem e atuar em equipe, a avaliação também precisa contemplar essas dimensões. Provas tradicionais podem ser úteis para determinados objetivos, mas não são suficientes para avaliar todas as competências profissionais. Trabalhos práticos, projetos, relatórios, estudos de caso, portfólios, seminários, simulações, estágios e avaliações formativas podem compor um sistema mais amplo e coerente.

Luckesi (2011) compreende a avaliação como ato de diagnóstico e decisão. Essa concepção é relevante para o PPC porque permite pensar a avaliação como parte do processo de melhoria. Ao avaliar, o curso identifica o que foi aprendido, o que precisa ser retomado e quais estratégias devem ser ajustadas. Assim, a avaliação deixa de ser um momento isolado e passa a integrar a gestão da qualidade da formação.

A garantia de aprendizagem depende desse acompanhamento contínuo. Um PPC que não define critérios avaliativos claros pode gerar insegurança, subjetividade e inconsistência. Já um PPC que estabelece critérios transparentes favorece a justiça acadêmica, orienta o estudante e permite que professores atuem com maior coerência. A avaliação, portanto, é uma das dimensões que demonstram se o PPC é apenas formal ou se orienta efetivamente a prática pedagógica.

### **Consequências de um PPC Mal Elaborado**

Assim como um PPC bem elaborado fortalece a formação profissional, um PPC mal construído pode comprometer todo o curso. Entre os principais riscos estão a fragmentação curricular, a repetição de conteúdos, a ausência de progressão pedagógica, a desconexão entre

teoria e prática, a falta de critérios avaliativos, a pouca clareza sobre o perfil do egresso e o desalinhamento entre a formação oferecida e as demandas sociais e profissionais.

Quando o PPC é tratado apenas como documento burocrático, ele perde sua função pedagógica. Nesse caso, pode existir formalmente, mas não orientar a prática docente, não ser conhecido pelos estudantes e não ser utilizado pela coordenação como instrumento de acompanhamento. O resultado é uma formação conduzida por hábitos, improvisações e decisões isoladas. A qualidade passa a depender apenas do esforço individual de alguns professores, e não de um projeto institucional coletivo.

A ausência de um PPC consistente também pode afetar a confiança dos estudantes. Quando o aluno percebe desorganização, sobreposição de conteúdos, avaliações sem critérios claros ou atividades práticas desconectadas do curso, tende a questionar a qualidade da formação. Isso pode gerar desmotivação, insegurança profissional e sensação de despreparo para o mercado de trabalho.

Outro risco é a formação técnica estreita. Um PPC frágil pode concentrar-se apenas na transmissão de conteúdos operacionais, sem desenvolver pensamento crítico, ética, comunicação, autonomia e capacidade de aprendizagem contínua. Esse tipo de formação pode até atender a necessidades imediatas, mas não prepara o profissional para contextos complexos, mudanças tecnológicas e dilemas sociais da profissão.

Portanto, a elaboração do PPC exige responsabilidade institucional. Ele deve ser construído com base em diagnóstico, participação coletiva, referenciais legais, diretrizes curriculares, escuta do corpo docente e discente, análise do campo profissional e compromisso com a qualidade. Um PPC mal feito não é apenas um problema documental; é uma ameaça à formação do estudante e à credibilidade do curso.

## CONCLUSÃO

A análise desenvolvida permite concluir que o Projeto Pedagógico de Curso é decisivo para a qualidade da formação profissional. Um PPC bem elaborado organiza o percurso formativo, define a identidade do curso, explicita o perfil do egresso, orienta a atuação docente, articula teoria e prática, estabelece critérios avaliativos e aproxima a formação das demandas sociais e profissionais. Por isso, não deve ser compreendido como documento meramente burocrático, mas como instrumento estruturante da vida acadêmica.

A importância do PPC aparece, principalmente, na capacidade de oferecer direção, clareza e coerência ao processo de ensino e aprendizagem. Ele permite que estudantes e professores compreendam os objetivos do curso e saibam como cada componente curricular contribui para a formação pretendida. Também favorece a eficiência da aprendizagem, pois organiza os conteúdos em sequência lógica, evita lacunas e possibilita maior integração entre disciplinas, práticas e avaliações.

Outro ponto fundamental é a relação entre PPC e formação profissional. Um bom plano de curso conecta conhecimento teórico, prática profissional, ética, responsabilidade social e desenvolvimento de competências. Dessa forma, contribui para que o estudante não apenas conclua uma carga horária, mas desenvolva capacidades reais para atuar com qualidade, segurança, autonomia e compromisso com a sociedade.

Também se conclui que o PPC precisa ser acompanhado e atualizado de modo permanente. A qualidade de um curso não se garante apenas no momento de sua criação, mas na capacidade de revisar objetivos, metodologias, práticas e avaliações diante das transformações sociais, tecnológicas e profissionais. O PPC é, portanto, um documento vivo, que precisa ser conhecido, utilizado e avaliado pela comunidade acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensino na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 10. ed. Joinville: Univille, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 03 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 03 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília, DF: MEC/CNE/CES, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/rces005\\_18.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao/rces005_18.pdf). Acesso em: 03 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares: cursos de graduação**. Brasília, DF: MEC, 2026.

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 03 maio 2026.

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.